Ribeiro Ulrich—Manuel Maria Sarmiento Rodrigues—Fernando Andrade Pires de Lima—Ulisses Cruz de Aguiar Cortês—Manuel Gomes de Araújo—José Soares da Fonseca.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Administração Política e Civil

Repartição do Pessoal Civil

Portaria n.º 14 240

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do § 1.º do artigo 17.º do Decreto n.º 20 260, de 31 de Agosto de 1931, incluir na classe x da tabela anexa ao referido decreto a categoria de chefe da secretaria do quadro do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Angola.

Ministério do Ultramar, 24 de Janeiro de 1953.— O Subsecretário de Estado do Ultramar, *António Trigo de Morais*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas.— *Trigo de Morais*.

Direcção-Geral de Fazenda

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 14 241

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1) Em S. Tomé e Príncipe

Nos termos do § 1.º do artigo 9.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946:

a) Reforçar com 20.000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 242.º, n.º 4), alínea b), 1.º «Encargos gerais — Deslocações do pessoal — Passagens de ou para o exterior — Por quaisquer outros motivos — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1952, usando para contrapartida as disponibilidades existentes na verba do capítulo 10.º, artigo 243.º, n.º 29) «Encargos gerais — Diversas despesas — Instituições culturais e despesas de intercâmbio cultural», da mesma tabela de despesa.

2) Em Angola

Nos termos do artigo 17.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos:

a) Abrir um crédito especial de 950,10 angolares, para pagamento das quantias de 350,00 e 600,10, de ajudas de custo e de suplemento de vencimentos do ano de 1946, em dívida ao ex-aspirante, interino, dos serviços de administração civil Rafael Cárcomo de Almeida Rosa Lobo.

3) Em Moçambique

Nos termos do § único do artigo 19.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946:

a) Prorrogar até ao fim do exercício de 1953 o prazo de validade do crédito aberto na província pelo Diploma Legislativo n.º 1 312, de 19 de Julho de 1952;

b) Prorrogar até ao fim do exercício de 1953 o prazo de validade do crédito aberto na província pelo Diploma Legislativo n.º 1 313, de 19 de Julho de 1952;

c) Prorrogar até ao fim do exercício de 1953 o prazo de validade do crédito aberto na província pelo Diploma Legislativo n.º 1 335, de 15 de Novembro de 1952.

4) Em Macau

Nos termos do artigo 8.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos:

a) Abrir um crédito especial de \$13.000,00, destinado a reforçar a verba do capítulo 10.º, artigo 213.º, n.º 1) «Encargos gerais — Diversas despesas — Alimentação e vestuário de presos indigentes, incluindo os condenados a trabalhos públicos», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1952.

Ministério do Ultramar, 24 de Janeiro de 1953.— O Subsecretário de Estado do Ultramar, *António Trigo de Morais*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Macau.— *Trigo de Morais*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Inspecção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

Portaria n.º 14 242

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, nos termos do artigo 12.º do Regulamento de 23 de Março de 1869, e para efeitos do Decreto n.º 30 295, de 22 de Fevereiro de 1940, designar a letra *E* para servir, durante o período que decorre de 1 de Maio do corrente ano a 30 de Abril de 1954, no afileamento de todos os pesos, medidas e mais instrumentos de pesar ou medir executado em todos os concelhos do País, à excepção do de Lisboa, onde a mesma letra principiará a ser empregada em 1 de Março, data em que no dito concelho terá início a época de aferição, conforme o que está estabelecido no § único do artigo 1.º do citado Decreto n.º 30 295, de 22 de Fevereiro de 1940.

O que se comunica a todos os governadores civis dos distritos do continente e ilhas adjacentes e a todas as delegações da Inspecção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, para seu conhecimento e para que o façam constar às câmaras municipais dos respectivos concelhos.

Ministério da Economia, 24 de Janeiro de 1953.— Pelo Ministro da Economia, *António Sobral Mendes de Magalhães Ramalho*.